

# Literatura & História: o ensino brasileiro do século XIX refletido pel' *O Ateneu*

**Carlos Henrique de Carvalho**

Universidade Feredal de Uberlândia. Doutor em História Econômica pela USP

**José Carlos Souza Araújo**

Centro Universitário do Triângulo. Doutor em Educação pela UNICAMP.

**Resumo** Trata-se de um artigo que tem por finalidade problematizar o projeto pedagógico e educativo revelado pela obra literária *O Ateneu*, de Raul Pompéia, a qual se insere na perspectiva do conservadorismo, expresso pelas concepções de professor, de escola e de pedagogia. E é em torno desse diapasão que muitas instituições escolares, mesmo no período republicano, irão ser instituídas e se estruturarem em seu processo instituinte por várias décadas do século XX. *O Ateneu* é uma escola-ficção, mas entre esta e a realidade educacional brasileira, mesmo republicana, certamente não há diferenças significativas, pois a ficção imita a realidade.

Ateneu era o grande colégio da época. Afamado por um sistema de nutrido reclame, mantido por um diretor que de tempos a tempos reformava o estabelecimento, pintando-o jeitosamente de novidade, como os negociantes que liquidam para recomeçar com artigos de última remessa; o Ateneu desde muito tinha consolidado crédito na preferência dos pais, sem levar em conta a simpatia da menina-da, acerca de aclamações o bombo vistoso dos anúncios.

Raul Pompéia

Sem se furtar da extraordinária força emocional da retórica poética e literária, presente nas obras dos escritores brasileiros do século XIX, pode-se analisá-las sob um outro prisma, privilegiando a imagem real do Brasil pobre e do país sem instrução, ao contrário da imagem virtual do Brasil europeizado e civilizado, tão acalentada e propugnada pelos apóstolos do Brasil do progresso e da ordem. Nesse sentido, *O Ateneu*, de Raul Pompéia<sup>1</sup>, constitui-se em documento lapidar das contradições educacionais que permeavam não apenas o mundo rural brasileiro, mas também o espaço urbano carioca do final do século passado. Trata-se, de acordo com a intenção dos autores, de examiná-lo como sujeito de uma perspectiva educacional que vigorava no contexto sócio-político da Capital do país de então. Deste modo, será propriamente *O Ateneu* o personagem principal, procurando inseri-lo no bojo de um mundo que passava por constantes metamorfoses, que se agudizavam à medida que eram quebradas as normas de comportamento; entretanto, por vezes, eram reafirmadas, constituindo-se num misto de conformismos e de resistências, como pode ser percebido pela leitura da obra de

---

<sup>1</sup> Raul D'Avila Pompéia (1863-1895) nasceu em Angra dos Reis (RJ), e suicidou-se na cidade do Rio de Janeiro. Formado em Direito, dedicou-se ao jornalismo, participando da campanha abolicionista e engajando-se na causa republicana.

Raul Pompéia, atirando-o numa arena, na qual ele terá que empreender uma luta titânica, pela sua formação, seja ela moral, seja religiosa.

É neste cenário que *O Ateneu* oferece ao leitor uma tela, na qual se pode visualizar o romantismo às avessas, no lugar das donzelas passeando sua cândida beleza pelas matas da Tijuca; ou pelos jardins da Ilha de Paquetá, banhados pela doce brisa oceânica; ou ainda nos bailes da Corte. Porém, elas tateando o ambiente asfixiado pela rígida disciplina d'*O Ateneu*, as quais exigem como padrão de comportamento uma castidade implacável, que vez ou outra é substituída pela voz do sangue que lhes grita do alto de sua adolescência, ou seja, elas se entregam ao apelo carnal do coibido e do proibido.

Com esse estudo, almejamos aproximar a análise histórico-educacional da obra de ficção e, com isso, poder lançar novos olhares sobre a organização das instituições de ensino do século XIX no Brasil. Sobre a perspectiva de se promover o “afastamento” entre História e Literatura, Pesavento observa que

a tradição do pensamento ocidental de afastar a História da ficção é, contudo, antiga, desde Tucídides a ultrapassar Heródoto e a afirmar que não há versões, mas sim um saber racional e criterioso, depositado no historiador, aquele que consulta os documentos e escreve dizendo *como foi*. A retomada da postura tucidiana seria feita a partir do século XVII, com o pensamento cartesiano, prosseguindo no século das Luzes, para atingir o seu apogeu no século XIX, com o racionalismo cientificista, encontrando ainda, no século XX, uma vertente poderosa na postura historiográfica marxista. Mesmo que tais pressupostos já encontrassem alternativas críticas desde o século XIX e as primeiras décadas do XX – Michelet, humanistas alemães, Freud, Mauss e Durkheim, Benjamin, Bachelard – foi preciso a chegada da decantada crise dos paradigmas científicos, explicativos da realidade, em torno da década de 1970, para que a ficção se tornasse uma questão chave para o debate da escrita da História, aproximando-a da Literatura (2003, p. 34).

No entanto, a mesma autora, ao comentar a importância dos estudos literários à compreensão da História, demonstra que há uma relativa verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem a pretensão de veracidade, ou seja:

No jogo entre as duas narrativas Ricoeur chega a falar na *ficcionalização* da História, ao criar um *ter sido*, não verificável, e a uma *historização* da ficção literária, pois a temporalidade factual construída em todo verdadeira, salvo no *ter acontecido*. Nesta medida, para Ricoeur, a ficção é quase história, a História é quase ficção! (PESAVENTO: 2003, p. 37).

Com essa perspectiva, Pesavento conclui que a Literatura é um importante material para os historiadores analisarem uma dada realidade, seja ela de cunho social e político ou de caráter econômico educacional. Portanto, segundo suas análises,

seja a Literatura de cunho realista, dispondo-se a dizer sobre o real por forma da observação direta, fruto da vivência do escritor no seu tempo, seja por transfiguração fantasmática e onírica ou de criação de um futuro aparentemente inusitado, seja pela recuperação idealizada de um passado, distante ou próximo, a Literatura é sempre um registro – privilegiado – do seu tempo (PESAVENTO: 2003, p. 40).

É tendo em vista esta relação entre História e Literatura que buscamos compreender *O Ateneu*, de Raul Pompéia, procurando identificar em seus escritos a organização escolar que vigorou naquela instituição de ensino e, ao mesmo tempo, compreendê-

la dentro de uma ordem social maior. Para tanto, em um primeiro momento, perceber as múltiplas faces da então capital do Império, particularmente de sua situação urbana, no último quartel do século XIX, o qual fornecerá um pano de fundo capaz de colocar em relevo parte das contradições existentes à época.

Num segundo momento, de maneira sucinta, objetiva-se sinalizar algumas das transformações que ocorreram no período imperial, com ênfase para os seus aspectos educacionais, tendo em vista compreender como eles direcionaram a constituição de um modelo de ensino quase totalmente apartado da sociedade brasileira, ao projetar instituições educativas que em essência almejavam educar uma elite, fosse ela econômica, política ou intelectual. É neste cenário que se insere *O Ateneu* e é a partir de seu interior que ousamos desenvolver algumas reflexões a seu respeito, sem, todavia, cair na pretensão de analisá-lo meramente em uma dimensão literária, mas sim colocá-lo como mais um *documento* capaz de fornecer elementos explicitadores da situação educacional do Brasil Imperial, em particular da cidade do Rio de Janeiro.

### **O urbano à época do Ateneu**

Do livro aberto, como as sombras das caixas encantadas dos contos de maravilha, nascia, surgia, avultava, impunha-se a opinião do Ateneu rainha caprichosa e incerta, tiranizava essa opinião sem corretivos como os tribunais supremos. O temível noticiário, redigido ao sabor da justiça suspeita de professores, muita vez despedidos por violentos ignorantes, odiosos, imorais, erguia-se em censura irremissível de reputações.

Raul Pompéia

O Rio de Janeiro não estará imune ao quadro contraditório do analfabetismo que imperava pelo país. Seu espaço urbano era habitado por uma multiplicidade de etnias, isto é, pelos imigrantes oriundos das mais diferentes regiões da Europa, por escravos e ex-escravos que partiram de todos os pontos da África Negra; além dos nativos, fruto de um processo secular de miscigenação. É nesse caldo de cultura que os conflitos sociais vão apresentar os seus sinais mais agudos, os quais serão impulsionados pela demagogia e pelo descaso dos governantes da época, interessados em atender aos anseios da emergente burguesia nacional.

Para salientarmos o quanto era importante a diversidade entre a população carioca e o modo pelo qual ela interagira no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, citaremos na íntegra alguns números levantados pelo professor José Murilo de Carvalho, posto que corroboram em muito as afirmações aqui desenvolvidas, por retratarem, da forma mais límpida, os submundos da cidade, onde encontramos toda uma gama de “profissões” consideradas inerentes às classes perigosas, ou potencialmente ligadas ao mundo da “desordem” e da “viagem”, primogênicas dos cortiços e dos morros. Assim, José Murilo nos relata o seguinte:

Vê-se que a década que precedeu a República apresenta o maior crescimento populacional relativo. Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 a 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda que absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891, entraram 166.321 imigrantes, tendo saído para os estados 71.264. Este enorme influxo populacional fazia com que em 1890, 28,7% da população fossem nascido no exterior e 26% proviessem de outras regiões do Brasil. Conseqüentemente, apenas 45% da população eram nascidas na cidade (CARVALHO: 1985, p. 119-120).

Mais adiante José Murilo acrescenta:

Nesta população estava o que poderia ser comparado às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que Louis Chevalier para a Paris da primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do exército, da marinha e dos navios estrangeiros, ciganos ambulantes, tropeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca dos capoeiras, cuja fama já se espalhara por todo país e que foram calculados em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, esta população era a que mais aparecia nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo de desordem, vadiagem, embriaguez, jogo (CARVALHO: 1985, p. 120).

É nesse espaço que surgem estas “anomalias sociais”, tão repugnadas pela sociedade da época, cujo objetivo passa a ser o de impedir o seu alastramento pela então Capital. Assim, forma-se um gigantesco aparato de vigilância, tendo bases na coerção e, principalmente, na observação de seus moradores (a cidade é transformada em um observatório), ditando os preceitos morais, em que a ociosidade será considerada a mais grave transgressão da “ordem” e do “progresso” da futura Capital da República. Sendo por isso, vedado aos “ociosos”, vindos dos mais distantes rincões do país e do exterior, o direito de permanecer em seu espaço urbano, ao utilizarem o tempo de maneira improdutiva.

Na esteira desses acontecimentos vem à tona a crise urbanística do Rio de Janeiro, cujas conseqüências estão materializadas na falta de moradias e nas inúmeras epidemias que se alastram pela cidade, passando essa crise a exigir reformas por parte das autoridades. Ao promoverem tais medidas, apresentando elas um cunho autoritário, objetiva-se controlar e disciplinar a população pobre. Nesse sentido, são relevantes as considerações de Sérgio Pechman e Lilian Fritsch<sup>2</sup>:

A preocupação com o asseio, portanto, deveria guiar o comportamento cotidiano da população à qual seria exigido que agisse em consonância com os seus padrões higiênicos definidos pelas autoridades sanitárias. A ordenação urbana estabelecida pelo Código de 1832, entretanto, não impunha ao morador da cidade apenas restrições de natureza *higiênica*, mas igualmente de natureza *moral*. O bom funcionamento da cidade, para o legislador, dependia da existência de indivíduos que zelassem não só pela saúde pública, como também pela moralidade pública. Os maus costumes da população podiam se manifestar tanto através de hábitos sanitários reprováveis como por meio de atitudes moralmente condenáveis. Loucos, ébrios, autores de atitudes indecentes em público são objeto de vigilância da lei, visto que sua forma de procedimento não condiz com o estilo de comportamento exigido de um morador da cidade (PECHMAN & FRITSCH: 1985, P. 148).

Diante do trágico e do patético mundo urbanizado, surge um quadro social marcado pelos mais profundos contrastes, que provocam um acentuado acirramento das contradições sociais nas grandes concentrações urbanas. A cidade transforma-se na

---

<sup>2</sup> Os autores analisam as transformações verificadas na cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o século XX e, principalmente, retratam as medidas “saneadoras” levadas a cabo pelas autoridades da República, nos primeiros anos deste século. Dão ênfase às políticas adotadas pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves, cujas as intenções se consubstanciavam em “modernizar” a Capital Federal. Isto significa higienizá-la, ou seja, retirar as mazelas sociais de suas ruas. Os autores nos revelam ainda que havia inúmeras formas de resistências a essas medidas higienizadoras, que se expressavam das mais diferentes maneiras, tais como: o candomblé, o espiritismo, a malandragem, a capoeira, a jogo do bicho, entre outros.

forma mais vilipendiadora da condição humana, excluindo a imensa maioria de seus habitantes, tendo eles de enfrentar as perversas condições para conseguirem sobreviver. Em tal situação, os moradores pobres dos centros urbanos fazem da ação “ilícita” a ponta do diamante que estiola a carapaça vítrea do moralismo burguês. Assim, proliferaram os cortiços, como sendo mais uma, entre tantas outras formas, que violam o maculado véu da “ordem”, do “progresso” e do mundo “civilizado”, projetando suas imagens e, dando a estas “larvas humanas”, visibilidade nos cortiços da “cidade maravilhosa”, os quais não mais conseguiam esconder aquelas “minhocas que brotavam do esterco” dos seus subúrbios, aterrorizando e denegrindo toda pseudomagnificência da cidade idealizada. Por isso, houve necessidade de se tomar urgente medidas contra aqueles “incivilizados”, a fim de discipliná-los, pois sua aglomeração, em cortiços, constituía um foco de permanente tensão. É nesse sentido que se devem pensar as reformas urbanas levadas a cabo no Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Pereira Passos e da Presidência de Rodrigues Alves. Na ótica desses dois mandatários,

os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações eram potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios, deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos (HOBSBAWM: 1982, p. 224).

Cabe agora, depois da apresentar a situação do espaço urbano em geral e, em especial, do Rio de Janeiro, contextualizar a respeito do país no século XIX, bem como as primeiras iniciativas do Estado Imperial no campo educacional.

### **O contexto sócio-educacional do século XIX**

No Ateneu, a imoralidade não existe! Velo pela candura das crianças, como se fosse não digo meus filhos: minhas próprias filhas! O Ateneu é um colégio moralizado!

Raul Pompéia

A história da sociedade brasileira oitocentista foi marcada pela transição da condição do país de Colônia para Império. Assim, “boa parte desse projeto constitui na criação de um aparelho estatal brasileiro adequado às necessidades institucionais da nova sociedade que estava começando a sair do status colonial” (URICOECHEA: 1978, p. 90). O Brasil no início do século XIX era um país recém independente que buscava estruturar-se em todos os setores, sejam eles econômicos, políticos ou educacionais. Mas tendo em vista a extensão e as divisões territoriais, as dificuldades de comunicação e a população dispersa, impunha-se a necessidade de se forjar um governo forte, centralizado e burocratizado.

Caracterizando o novo equilíbrio de forças, à Secretaria de Estado dos Negócios do Império competia conhecer a população do Império, por meio de organização do registro civil, da realização de recenseamentos e da regulamentação dos direitos civis e políticos dos estrangeiros, cuidar dos assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário; organizar o ensino primário na Corte e o superior em todo o Império, além do ensino de cunho profissional; estabelecer regulamentos para as diferentes profissões, com exceção da magistratura; administrar os hospitais e regulamentar as habitações urbanas (cortiços); supervisionar os templos de cultos não católicos, regulamentar as eleições e supervisionar os presidentes de

províncias – entre inúmeras atribuições que proporcionavam a difusão entre os homens livres do Império do Brasil dos valores, normas e padrões que distinguiam as “Nações civilizadas” (MATTOS: 1994, p. 191).

A Constituição de 1824 atribui ao Estado Imperial mecanismos de atuação sobre a população. A Carta Magna buscava reunir o povo brasileiro para um projeto de país independente. Com esse prisma, a instrução foi considerada peça fundamental na construção do Estado nacional brasileiro, como forma de promover a civilização de sua população. Nesse sentido, a Constituição de 1824 regulamentou a instrução pública primária como direito de todo cidadão (Título VIII, Art. 32), e a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 (mais conhecida por Lei que estabeleceu as escolas de primeiras letras) determinou a criação de escolas nas cidades e vilas mais populosas, além de prescrever os conteúdos a serem ensinados nessas escolas. De acordo com Greive & Lima (2003) e com Luciano Mendes de Faria (2000), a Constituição e as leis imperiais iam além, pois buscavam, na verdade, criar possibilidades de governar, isto é, criar meios não apenas à construção e consolidação de um Estado independente, mas também de condições de se administrar. Dessa forma, a organização escolar, a produção de um corpo de funcionários (professores e inspetores) são reflexos das práticas políticas que expressavam as novas relações de poder surgidas com a consolidação do Império. Nesse sentido, a escola assumiu, gradativamente, a responsabilidade de

ensinar a ler, escrever e contar. Tratava-se de difundir o mais amplamente possível a Língua Nacional, sua gramática de modo a superar as limitações de toda natureza impostas pelas falas regionais [...]. Tratava-se de difundir ainda informações matemáticas, desde as quatro operações de aritméticas até as noções gerais de geometria teórica e prática, como condição de apreensão das estruturas lógicas elementares presentes no mundo, e que fundamentavam o primado da Razão. Tratava-se também de difundir conhecimentos geográficos particularmente aqueles referentes aos territórios do Império (MATTOS: 1994, p. 249-250).

Por outro lado, criam-se instituições com a finalidade de educar as elites brasileiras<sup>3</sup>. São exemplos dessa postura os Liceus, disseminados por quase todas as províncias do país; a escola do Caraça em Minas; O Ateneu e o Colégio D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Em relação a esse último, Ariclê Vechia sublinha que

fundado com a finalidade de educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira e concebido para ser o centro difusor das idéias educacionais, relativas ao ensino secundário, foi considerado o “padrão” a ser seguido pelos congêneres em todo país. A orientação pedagógica do Collegio foi expressa por Vasconcellos, em 1837, em seu discurso proferido na Câmara dos Deputados, qual seja, a de elevar os estudos das Humanidades, especialmente das línguas clássicas, no Brasil. O plano de estudos, na realidade, era enciclopédico, incorporava estudos considerados clássicos, entre os quais a Gramática, a Retórica, a Poética, a Filosofia, Latim e Grego, e os es-

---

<sup>3</sup> Cf., por exemplo, Ester BUFFA e Paolo NOSELLA. *Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos - 1911-1933*. São Carlos (SP): EDUFSCar, 1996; dos mesmos autores, *Industrialização e educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971*. São Carlos (SP), UFSCar, 1996 (mimeo); numa perspectiva um pouco diferente, Gilberto Luiz ALVES. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda – 1800-1836*. Ibitinga: Humanidades. 1993. Com relação ao estado de Minas Gerais, está em fase de defesa por Maria Terezinha de Brito, na UFSCar, sob orientação do Prof. Dr. Paolo Nosella, uma dissertação sobre a Escola Normal de Patos de Minas (MG); importantes estudos monográficos, mas sem o aporte teórico-metodológico, são os do Pe. José Tobias ZICO, *Caraça: Peregrinação, Cultura, Turismo – 1770-1976*. Contagem (MG): Editora Littera Maciel, 1988; e de Maria Antonieta Borges LOPES e Mônica M. Teixeira Vale BICHUETTE (org.), *Dominicanas: Cem Anos de Missão no Brasil*. (s.l.e.): Editora Vitória, 1986 (que descreve a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores, de Uberaba, MG).

tudos modernos, que incluíam as línguas “vivas”, tais como Francês e Inglês e as Matemáticas, Ciências, História, Geografia, Música e Desenho. Porém, a ênfase dada às Humanidades é evidenciada pela distribuição da carga horária: 62% da carga horária do plano de estudo era atribuída aos estudos humanísticos e, desses, 50% era atribuído ao estudo de Latim e Grego (2005, p. 83-84).

Diante dessas considerações é que entendemos a inserção da obra *O Ateneu*, que retrata pelo menos em parte as contradições do ensino na então capital do Império, e é a partir dele que iremos desenvolver nossos argumentos em relação ao universo da escola, projetado por Raul Pompéia, procurando caracterizar também a ambiência escolar que marcou as atividades de ensino daquela instituição, tentando identificar como eram tecidas as relações entre professores, alunos e a direção.

### **Imagens d'O Ateneu**

A mais terrível das instituições do Ateneu não era famosa justiça do arbítrio, não era ainda a cafua, asilo das trevas e do soluço, sanção das culpas das culpas enormes. Era o Livro das notas.

Raul Pompéia

*O Ateneu*, lançado inicialmente em 1888 em folhetins de jornal, ganhou formato de livro no mesmo ano. O Romantismo já tivera seu declínio e os dois últimos grandes escritores desse período, Castro Alves e José de Alencar, haviam falecido na década anterior. Machado de Assis, por sua vez, superando sua fase romântica, havia lançado *Memórias Póstumas de Brás Cubas* em 1881, inaugurando entre nós o romance psicológico. Os poemas de Castro Alves, por seu inflamado tom antiescravista ainda gozavam de grande popularidade, devido ao momento histórico-político nacional de repúdio à escravatura e de adesão aos ideais republicanos. Contudo, os ventos estéticos, tanto na prosa como na poesia, acompanhando as novidades vindas da Europa, agora sopravam em outra direção.

Ao se ler *O Ateneu*, percebem-se diversas marcações temporais indicando ao leitor que a ação corresponde ao tempo contemporâneo do autor, algum momento da década de 1880. Esse foi um período em que duas mudanças político-sociais de extrema relevância se gestavam na sociedade brasileira: a abolição da escravatura e a proclamação da República.

As festividades de final de ano retratadas no romance, apesar dos esforços conservadores do diretor do colégio, são palco e oportunidade para pronunciamentos ou manifestações de natureza política, conforme podemos observar:

Deram fim às festas os saltos, os páreos de carreira, as lutas romanas e a distribuição dos prêmios de ginástica, que a mão egrégia da Sereníssima Princesa e a pouco menos do Esposo Augusto alfinetavam sobre os peitos vencedores (POMPÉIA: 1990, p. 17).

A presença de membro da família real (a figura aguardada é a Princesa Isabel) em lugar de honra é provocação bastante para os ânimos quentes de alunos e professores republicanos. Aliás, a crítica literária reconhece mesmo a retórica inflamada de Cláudio, na voz do próprio Raul Pompéia – que usa seu personagem como se fosse uma espécie de boneco ventríloquo para manifestar suas opiniões políticas e literárias,

Encarnei o pecado na figura de Sanches e carreguei. Nutria talvez no íntimo o ambicioso interesse de um dia reformar os homens com meu exemplo pontifical de virtudes no sôlio de Roma; mas a verdade é que me dediquei conscienciosamente ao santo empenho de merecer essa exaltação, preparando-me com tempo. Perdido o ideal cenográfico de trabalho e fraternidade, que eu quisera que fosse a escola, tinha que soltar para outras bandas os pombos da imaginação. Viveiro seguro era o céu. Ficava-me a vendagem da eterna felicidade, que se não contava (POMPÉIA: 1990, p. 43).

Convém lembrar que Raul Pompéia era contemporâneo de diversos outros escritores de renome da literatura brasileira, como Olavo Bilac (com quem chegou a bater-se em duelo), Aluisio de Azevedo, Cruz e Sousa, Coelho Neto e Machado de Assis. A postura ideológica, o posicionamento político e a referência ao tempo histórico parecem estar, contudo, mais vivamente impressos em *O Ateneu* do que nas obras literárias desses seus contemporâneos.

O descontentamento com o regime monárquico era geral, e os ataques ao governo e à própria pessoa do Imperador eram freqüentes. Parecia haver, à época, um clima de insatisfação geral contra o governo. Monarquia já estava se tornando sinônimo de passadismo. Conforme afirma um dos críticos do Imperador à época, em 1885, transcrito por Nelson Werneck Sodré, ao falar sobre os problemas sociais, econômicos e educacionais do Brasil, responsabilizava D. Pedro II pelo atraso do país:

O governo do Imperador nunca ordenou a construção de estradas – a primeira condição para a prosperidade de país que vive quase exclusivamente da agricultura como nem sequer tentou seriamente resolver os problemas da imigração e fixação no campo, solução nos teria trazido grande base de ensinamento, progresso e industrialização. Nunca organizou um plano de instrução profissional ou educação nacional. Contudo, conservou tanto quanto pôde elementos mais destruidores do nosso atraso, pobreza, putrefação, fazendo destruir instituição criminal, o mais colaborador no seu trabalho destruição no interior (SODRÉ: 1965, p. 118).

Raul Pompéia compartilhava dessa opinião, pois não via legitimidade no governo que era a continuação do Imperialismo português e que, portanto, não podia representar uma coletividade americana, brasileira. Como afirma Herédia

o Imperador nunca mereceu simpatia de Pompéia, que não via o herdeiro de um sistema reacionário, cuja prosperidade assentava na escravatura. E algo de sancionar um governo minava pela corrupção, demonstrava as fraquezas com as tímidas e inúmeras tentativas para libertar escravos e estabelecer a necessária reforma agrária (1979, p. 47).

Nesse cenário, *O Ateneu* inicia com as palavras do pai ao protagonista Sérgio, à porta do colégio, no primeiro dia de aula: “Vais encontrar o mundo (...) Coragem para a luta” (Pompéia, p.11) Estas palavras constituem uma chave segura para percebermos e tentarmos desvendar os sentidos da educação nessa escola.

O colégio não é um mundo, mas o mundo. É, sobretudo, o mundo que o autor e os seus leitores tão bem conheciam, no quase final de século marcado pelo atraso, pela decadência de uma monarquia periclitante, por um leque variado de injustiças sociais culminando com uma suprema vergonha da escravatura, pela hipocrisia marcando as relações sociais, pela corrupção regendo os negócios. Em escala menor, mas não menos reconhecível, a vida social brasileira do final do Império repete-se no microcosmos que é o Colégio Ateneu, assim caracterizado pelo autor:

O edifício fora caiado e pintado durante as férias, como os navios que aproveitam o descanso nos portos para uma reforma de apresentação. Das paredes pendiam as cartas geográficas, que eu me comprazia de ver como um itinerário de grandes viagens planejadas. Havia estampas coloridas em molduras negras, assuntos de história santa e desenho grosseiro, ou exemplares zoológicos e botânicos, que me revelavam direções de aplicação estudiosa em que eu contava triunfar. Outros quadros vidrados exibiam sonoramente regras morais e conselhos muito meus conhecidos de amor à verdade, aos pais, e temor de Deus, que estranhei como um código de redundância. Entre os quadros muitos relativos ao Mestre – os mais numerosos; e se esforçavam todos por arvorar o mestre em entidade incorpórea, argamassada de pura essência de amor e suspiros cortantes de sacrifício, ensinando-me a didascalotria que eu, de mim para mim, devotamente, jurava desempenhar à risca. Visitamos o refeitório, adornado de trabalhos a lápis dos alunos, a cozinha de azulejo, o grande pátio interno dos recreios, os dormitórios, a capela... De volta à sala de recepção, adjacente à da entrada lateral e fronteira ao escritório, fui apresentado ao Professor Mânlio, da aula superior de primeiras letras, um homem aprumado, de barba toda grisalha e cerrada, pessoa excelente, desconfiado por sistema de todos os meninos (POMPÉIA: 1990, p. 23-24).

De fato, o educandário, visto de fora, ostenta uma aparência austera, digna, respeitável. Sob seu teto, porém, Sérgio aos poucos descobre a sua real face, aquela que se esconde ao primeiro olhar. Todas as mazelas sociais ali estão presentes: a hipocrisia e a opressão, mais que todas.

A comunidade de alunos que se apresenta nas festas de abertura e de encerramento do ano letivo, no dia a dia escolar, revela seu lado escuro. A igualdade que o uso do uniforme sugeria desfaz-se, quando Sérgio percebe que há uma bem marcada hierarquia entre os colegas, o que caracteriza uma rígida disciplina, não apenas entre os alunos do Ateneu, mas também em relação aos comportamentos deles:

No Ateneu formávamos a dois para tudo. Para os exercícios ginásticos, para a entrada na capela, no refeitório, nas aulas, para a saudação ao anjo da guarda, ao meio-dia, para a distribuição do pão seco depois do canto. Por amor da regularidade da organização militar, repartiam-se as três centenas de alunos em grupos de trinta, sob o direto comando de um decurião ou vigilante. Os vigilantes eram escolhidos por seleção de aristocracia. Vigilante era o Malheiro, o herói do trapézio; vigilante era o Ribas, a melhor vocalização do Orfeão; vigilante era o Mata, mirrado, corcundilha, de espinha quebrada, apelidado o mascate, melífluo no trato, nunca punido ninguém sabia por quê, reputação de excelente porque ninguém se lembrava de verificar, que entretanto, Rebelo apontava como chefe da polícia secreta do diretor; vigilante o Saulo, que tinha três distinções na instrução pública; vigilante Rômulo, mestre cook, por alcunha, uma besta, grandalhão, último na ginástica pela corpulência bamba, último nas aulas, dispensado do Orfeão pela garganta rachada de requinta velha, mas exercendo no colégio, por exceção de saliência na largura chata da sua incapacidade, as complexas e delicadas funções de zabumba da banda. (POMPÉIA: 1990, p. 33-34).

Como em toda escola, essa hierarquia era medida pelo desempenho intelectual – e Sérgio faz questão de experimentar diversos degraus dessa escala, inclusive comprazendo-se em descer até o limite último. Ainda no plano disciplinar, paralelamente, também há uma gradação, que é julgada pelo diretor (inclusive publicamente, nas sessões de final de ano), alinhando-se junto a do mérito intelectual. É a divisão dos alunos de acordo com o seu comportamento – não falta sequer, um “bode expiatório”, Franco, sobre quem recaem todas as faltas e todos os castigos. Essas são as duas hierarquias oficiais, visíveis a olho nu, poderíamos dizer. Aristarco é o supremo árbitro, é quem

eleva ou rebaixa os alunos nessas duas categorias. Como no mundo real, tudo ali parece muito certado e muito justo. Contudo, há muito mais sob os tetos do velho Ateneu, pois de acordo com as observações de Laura Hosiasson,

a disciplina e a ordem impostas pelo colégio eram rígidas e severas, Sérgio entra cheio de ideais de respeito e submissão a estas estruturas mas, aos poucos, vai enxergando melhor e descobrindo que não é dessa forma que funciona o mundo do Ateneu. Cada nova experiência o leva a compreender que existe uma espécie de jogo entre as normas disciplinares e as correspondentes maneiras de infringi-las. Quem leva vantagem é quem melhor controla essa relação entre disciplina e indisciplina (1988, p. 76).

Existe, por exemplo, uma nítida hierarquia econômica, com uma rede de credores e devedores que lembra, guardadas as proporções, a organização da máfia, do jogo do bicho, ou, no mundo de hoje, dos traficantes de drogas. A exemplo do diretor Aristarco, que altera o tratamento dispensado a cada aluno de conformidade com os relatórios que seu contador apresenta sobre a pontualidade nos pagamentos das mensalidades também entre os alunos (como na sociedade maior), a mola-mestra se revela:

As especulações moviam-se como o bem conhecido ofício das corretagens. Havia capitalistas e usurários, finórios e palpavos (...) A principal moeda era o selo. No comércio do selo é que fervia a agitação de empório, contratos de cobiça, de agiotagem, de esperteza, de fraude. Acumulavam-se valores, circulavam, frutificavam; conspiravam os sindicatos, arfava o fluxo, o refluxo das altas e das depreciações; os inexpertos arruinavam-se, e havia banqueiros atilados, expondo banhas da prosperidade (ABDALLA JR & CAMPEDELLI: 1986, p. 172-173).

Além desses elementos, de caráter especulativo, podem-se notar ainda “os cuidados” dispensados juntos aos “alunos gratuitos”, pois são estes que contribuem com o brilho ostentado pela instituição. Na realidade,

havia no Ateneu, fora desta regra, alunos gratuitos, dóceis criaturas, escolhidas a dedo para o papel de complemento objetivo de caridade, tímidos como se abatesse o peso do benefício; com todos os deveres, nenhum direito, nem mesmo o de não prestar para nada. Em retorno, os professores tinham obrigação de os fazer brilhar, porque caridade que não brilha é caridade em pura perda (POMPÉIA: 1990, p. 94).

Simétrica e oposta a essa rede, existe um esquema de vigilância que em tudo lembra a organização policial dentro da sociedade maior, controlando a vida dos internos. Há, neste submundo escolar, uma hierarquia que divide os meninos em poderosos e dependentes, opressores e oprimidos ou, mais simplesmente em machos e efeminados. Também nessa escala de comportamento, Sérgio fez questão de experimentar os diversos estádios. Como na sociedade maior, n’*O Ateneu* a face escura é mantida em segredo e hipocritamente ignorada pela oficial.

Ainda nesta leitura da escola como uma alegoria da sociedade do Segundo Reinado, pode-se dizer que Aristarco, com sua pompa e vaidade, com a distribuição de favores de acordo com sua conveniência, com o poder centralizado em sua mão, é um arremedo do Imperador reinante. Da mesma forma, o seu interesse multidisciplinador, seu amor às ciências, em especial à astronomia, e sua atração por aparelhos e engenhocas modernas aproximam-no da imagem de sábio que sempre esteve associada a Pedro II.

Wilson Martins, em sua *História da inteligência brasileira*, ao discorrer sobre *O Ateneu*, chama a atenção para o cenário armado para as festas de encerramento do ano letivo, ressaltando que, ao vistoriar o andamento dos preparativos, Aristarco, por vezes, sentava-se ao trono, sob o dossel, e “dava regras aos armadores, de lá, como um soberano precavido ditando o esplendor da coroação”. Comenta:

As duas imagens se superpõem e se intercambiam: Pompéia só podia ver em Aristarco um ‘Cesar carcato’ (...) precisamente porque via em Pedro II um Aristarco caricato. Para um republicano veemente como ele, o colégio interno refletia e resumia a sociedade imperial na mesma medida em que, reciprocamente, a sociedade brasileira era um ridículo colégio interno, sufocado sob a direção desse Aristarco que se chamava D. Pedro II (MARTINS: 1980, p. 58).

A cena patética da inauguração do busto em sua homenagem, quando constata que a imagem sobrepuja a pessoa e a cena final do rescaldo do incêndio com Aristarco estoicamente sentado em meio aos destroços de seus aparelhos científicos pedagógicos, podem ser vistos como um prenúncio ou desejo do autor da queda da monarquia e do banimento do Imperador, o que viria a acontecer um ano depois da publicação d’*O Ateneu*, em 1889.

Alfredo Bosi, em sua *História Concisa da Literatura Brasileira*, também identifica esse mundo contraditório presente no interior da escola, ao observar que ela é expressão e manifestação da sociedade em seu universo:

Mas o trágico é que a escola, a sociedade, na sua dinâmica de aparências, finge ignorar a iniquidade sobre que se funda. Tomando hipocritamente o dever-ser como a moeda corrente e o que é como exceção a ser punida, a praxe pedagógica não baixa o tom virtuoso que se ouve nos discursos de Aristarco e se perpetua nas máximas gravadas nos ladrilhos do colégio. São a eterna “boa consciência” e pairam acima da fealdade dos gestos violentos ou chulos que forma a rotina do meio adolescente. Mas, como todo sistema sempre à beira do desequilíbrio, a escola terá suas válvulas de escape. A figura agoniada de Franco, o rebelde castigado e reincidente, é um exemplo de bode expiatório, no qual todos exorcizam a má consciência que os rói em meio a tantas contradições... Como os criminosos e as meretrizes, que é preciso apontar à repulsa geral, para de algum modo esconjurar as tentações de ódio e de perversão que assediam a alma do homem comum, Franco deve ser escarmentado pelo colégio em peso (BOSI: s/d, p. 207).

Como se pode observar, *O Ateneu* permite várias interpretações, em seus múltiplos aspectos. Uma delas é a aproximação biográfica entre protagonista e autor. Sem dúvida, esta é uma abordagem que tem seus atrativos, mas não é a única possível, nem mesmo a mais válida e interessante.

### **Considerações finais**

Como palavras finais, pode-se argumentar que na obra *O Ateneu*, há um caráter labiríntico nessa escola de Aristarco, não se restringindo apenas à forma pela qual são distribuídos os quartos e as salas de aula, pela violação da humanidade e, acima de tudo, no desencaminhamento da educação sentimental. Na verdade, o que choca em *O Ateneu* não é apenas o sentido de agir dos professores, tampouco a forma autoritária da direção, nem mesmo a explosão libidinosa da adolescência desinformada, mas o desvelar-se da trama em que o ser humano se perde justamente na hora em que procura encontrar-se, ou seja, através da educação escolar, pelo menos em parte desse ser. É en-

fim, o movimento da deformação a dialética da pulsação estética do homem (estética num sentido bem amplo, que envolve a raiz das relações entre o homem e o mundo). É como se Raul Pompéia fizesse um retorno às formas primárias de suas “cicatrices espirituais”, isto é, compreender toda a descrição dos ambientes e lugares do colégio, bem como dos companheiros. Mas, ao mesmo tempo, é um regresso à dolorosa situação educacional do país, pois os ritmos das reformas são extremamente lentos, o que inviabiliza a tão sonhada transformação.

Todo esse quadro confere a *O Ateneu* uma ausência de senso de humor (ou de bom humor), mas quase que exclusivamente sátira e sarcasmo a esse quadro de penúria da educação brasileira. Daí a galeria de caricaturas (do Aristarco, do Mânlio, de Sanches e muitos outros), verdadeiras alegorias das personagens da vida imperial. Portanto, por debaixo ou nas entrelinhas de cada frase do livro, palpita uma determinada intenção, reveladora da ortodoxia moral reinante à época e também da perspectiva política de Raul Pompéia.

Tal estudo revela a potencialidade da Literatura para o desenvolvimento da pesquisa histórico-educacional, revelando-se num exemplo concreto do tratamento possível em torno de tal aproximação. Raul Pompéia nasceu em 1863 e viveu sob a ebulição do Rio de Janeiro em final do período imperial, e às portas da República. Sua obra, aqui analisada, revela-se destinada a uma instituição escolar factícia; entretanto, mesmo sob o ângulo ficcional, é possível entrever a significação de uma instituição escolar sob a tutela do mundo conservador.

*O Ateneu* espelha ficcionalmente à crítica a escola de então. Uma escola em que vai se encontrar o mundo, como afirma Raul Pompéia em citação no decorrer deste. Trata-se, como se observa, que o mundo é a escola, e que esta é uma preparação para a vida, ou melhor, para o mundo, como se a escola estivesse fora do mundo, ou de costas para ele. Mas a perspectiva intuitivista que a escola brasileira de então já assumia desde os anos 1870 – dada a propagação de que a intuição seria a mola mestra do ensino – está presente em *O Ateneu*.

O projeto pedagógico e educativo revelado pela referida obra se insere na perspectiva do conservadorismo, expresso pelas concepções de professor, de escola e de pedagogia. E é em torno desse diapasão que muitas instituições escolares, mesmo no período republicano, irão ser instituídas e se estruturarem em seu processo instituinte por várias décadas do século XX. *O Ateneu* é uma escola-ficção, mas entre esta e a realidade educacional brasileira, mesmo republicana, certamente não há diferenças significativas, pois a ficção imita a realidade.

## Referências bibliográficas

ABDALA JR. Benjamim e CAMPEDELLI, Samira Yusef. *Tempos de Literatura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1986.

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda – 1800-1836*. Ibitinga: Humanidades. 1993.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Coltrix, s/d.

BUFFA, Ester e Paolo NOSELLA. *Industrialização e educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971*. São Carlos, UFSCar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos – 1911-1933*. São Carlos: E-DUFSCar, 1996.

CANDIDO, Antônio e CASTELLO J. Aderaldo. *Presença da Literatura brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, n.º 8-9, 1985.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no século XIX, in: TEIXEIRA, Eliane Marta, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; e VEIGA, Cytia Greive (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HEREDIA, José López. *Matéria e forma narrativa de O Ateneu*. Brasília/São Paulo: INL/Quíron, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOSIASSON Laura, Disciplina e Indisciplinas no Ateneu, in: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org). *O Ateneu: Retórica e Paixão*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MENESES, Maria Cristina (org). *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. "A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, n.º 8-9, 1985.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. São Paulo: Edusp, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação/ASPHE*. (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação) FaE/UFPel, n.º 14 (setembro 2003). Pelotas: Editora da UFPel – semestral.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 1990.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites, in: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. II, Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

VÉSCIO, Luiz Eugênio & SANTOS, Pedro Brum. (orgs) *Literatura & História: Perspectivas e Convergências*. São Paulo: Edusc. 1999.

VEIGA, Cytia Greive e LIMA, Thais Nívia de (orgs). *História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte; Autêntica, 2003.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997.

ZICO, José Tobias. *Caraça: Peregrinação, Cultura, Turismo – 1770-1976*. Contagem: Editora Littera Maciel, 1988.